



Mídia e direitos humanos : o caso do Jornal de Angola e Semanário Angolense

Gilson Lázaro*

Resumo

Este artigo visa analisar comparativamente a cobertura de dois jornais angolanos sobre violações dos direitos humanos por parte das instituições públicas. A guerra civil e as violações que surgiram foram dominantes nas abordagens da imprensa escrita em Angola durante toda a década de 1990. O fim da guerra civil em 2002 impôs uma mudança de abordagem da imprensa angolana e maior exigência às liberdades de expressão e de informação. Não obstante a diversidade de jornais em Angola, a prática jornalística continua marcada por constrangimentos de vária ordem. O texto que se segue tem como enfoque as informações ocorridas durante o biênio de 2008-2009.

Palavras-chave : direitos humanos, Jornal de Angola, mídia, Semanário Angolense, violações

Abstract

This article aims at comparing the coverage of two Angolan newspapers on human rights violations by public institutions. The civil war and the violations that emerged were dominant approaches in the press in Angola throughout the 1990s. The civil war which ended in 2002 led to a change of approach in the Angolan press and increased demand on the freedoms of expression and information. Despite the diversity of newspapers in Angola, the journalistic practice remains marked by constraints of various kinds. This article text focuses on the information during the biennium 2008-2009.

Key words: human rights, “Jornal de Angola”, media, “Semanário Angolense”, violations

* PhD candidate – Instituto Universitário Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal Auxiliary teacher – department of Auxiliary Social Sciences and professional, Faculty of Social Sciences, University Agostinho Neto, Angola. E-mail: lazaro.gilson@gmail.com

Introdução

O presente trabalho de pesquisa tem como objectivo analisar a cobertura da imprensa escrita dos países africanos de língua portuguesa sobre questões de Direitos Humanos, financiado pelo Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA). Trata-se da elaboração de um quadro comparativo que permite avaliar o desempenho da imprensa escrita desses países e a sua eficácia na cobertura, prevenção e tratamento de matérias muito sensíveis como são os Direitos Humanos.

No caso particular de Angola, o desafio é a elaboração de uma grelha comparativa das ocorrências de informações no público, *Jornal de Angola*, e *privado*, *Semanário Angolense*, sobre violações dos direitos humanos e a relação directa com a opinião pública. Para tal adoptou-se a seguinte metodologia: recolha dos jornais nos respectivos arquivos e a selecção dos textos mais adequados ao objectivo da pesquisa.

A escolha dos dois jornais prende-se com o facto de o primeiro ser o único diário público *Jornal de Angola* a nível nacional e ter acumulado uma larga experiência, tendo sido a escola de muitos jornalistas angolanos do sector independente. Quanto ao jornal independente *Semanário Angolense*, a sua escolha deriva de dois principais factores: o primeiro está relacionado com o contexto de pluralização da imprensa, ainda que formal, durante a segunda metade dos anos 1990 e de ter resistido aos momentos de crise que o país atravessou e as mais variadas transformações do jornalismo angolano; o segundo factor deriva do facto de o jornal independente, contrariamente ao público, estar virado para o jornalismo que articula análise social e opinativa, e consegue reunir uma diversidade de actores angolanos, bem como a circulação no meio urbano e uma certa credibilidade junto do público-leitor.

Por se tratar de dois jornais com relativa diferença em termos de publicação e alcance, optou-se pela restrição ao diário público, devido ao volume extenso dos arquivos. A selecção dos exemplares do *Jornal de Angola* publicado diariamente, diferente do *Semanário Angolense* publicado aos Sábados – levou a que com se fizesse um recorte e a consequente selecção das publicações de Segunda-feira e Sexta. Porém, uma das limitações referentes aos arquivos das duas publicações (pública e independente) prende-se com o encerramento das instalações para obras de restauração da primeira e escassez da segunda. Em função do material escolhido, fez-se um recorte temporal dos dois jornais que vai de 2008 a 2009. Ora, em matéria de informações, numa primeira fase, o biénio 2008-2009 revelou-se produtivo.

A imprensa do pós-independência

A independência do país foi proclamada em duas velocidades – em Luanda e no Huambo – debaixo de fortes combates internos, que opunham os movimentos de libertação nacional (FNLA, MPLA e UNITA). O Estado que daí resultou, sob o signo da violência, implementou um tipo de “jornalismo de Estado” cujo controlo efectivamente ideológico tinha predominância sobre a prática profissional.

A ética e a prática jornalística(s) foram, no pós-independência, substituídas pela lógica ideológica decorrente do modelo de partido-Estado de inspiração marxista-leninista (Mateus 2004). Posteriormente, as clivagens internas entre as forças políticas angolanas minaram a comunicação social em nome da guerra que fracturou decisivamente o tecido social, onde era visível o engajamento político dos órgãos públicos (televisão, rádio, jornal e agência de notícia) por um lado, e, por outro, como modo de “sobrevivência informativa”, a rebelião armada, protagonizada pela UNITA, criou a sua própria comunicação social, baseada na VOGARN (Voz de resistência do Galo Negro) - monitorizada desde 4 de Janeiro de 1979 pela “British Broadcasting Corporation” BBC e, posteriormente, a partir de 1983 pela Foreign Broadcast Information Service (FBIS), produzida pela Agência de Inteligência Americana (CIA), com apoio da “South African Broadcasting Corporation” SABC e “Radio South Africa” (RSA), Agence France Press (AFP) e a Agência Portuguesa de Notícias). Para além da VORGAN, a UNITA contava igualmente com a Agência de Notícia “Kwacha UNITA Press” e o jornal de circulação restrita *Terra Angolana* (este impresso a partir de Lisboa, Portugal), ao serviço da propaganda desse partido.

Todavia, como consequência directa da situação pós-colonial, uma guerra civil, que assolou o país durante 27 anos e só terminou em 2002, viria a marcar a trajectória do Estado independente. A guerra civil teve, portanto, consequências gravosas no que respeita ao tecido humano e infra-estrutural do país, em particular no modelo de jornalismo.

No início dos anos 1990, uma mudança do sistema político de partido único coincidiu com o chamado processo de transição para a democracia em África que também correspondeu, estando Angola em guerra, a um processo de pacificação como resultado dos Acordos de Bicesse de 1991 e a realização das primeiras eleições gerais, cujo desfecho se prolongou até aos Acordos de Lusaka, ainda na primeira metade da década de 1990. Este momento político pressupunha “quatro transições encetadas: da guerra para a paz; da economia centralizada para a economia de mercado, do partido único ao multipartidarismo e da miséria ao desenvolvimento”

(Pestana 2005:198). A lei Constitucional de 1992 consagrou amplas liberdades aos cidadãos angolanos, designadamente a liberdade de criação de partidos políticos, a liberdade de manifestação, a liberdade de expressão e de imprensa, incluindo a criação de novos títulos. Contudo, os conflitos despontados limitaram seriamente as liberdades conquistadas durante a transição democrática em alguns países africanos (Nyamnjoh 2005), incluindo Angola.

Estava, assim, criado um quadro jurídico legal que permitiu o surgimento das primeiras publicações independentes (Neto 2004). Trata-se, no essencial, dos jornais *O Correio da Semana* (1992), *Imparcial FAX*, *Comércio e Actualidade* (1994), *Folha 8* (1995), *Agora, Angolense* (1997) e *o Independente* (1999) (Lima 2000 e Carvalho 2010), numa luta constante para se manterem as tiragens e diversificar as informações. A guerra civil que vigorou durante toda a década de 90 dominou parte das abordagens dos jornais Angolanos, em que o diário público, *Jornal de Angola*, privilegiava a salvaguarda das instituições do Estado, ao passo que os jornais independentes, como o *Folha8* (1995) e o *Angolense* (1997) procuravam denunciar as violações durante o conflito. A guerra civil e as violações que daí surgiam foram a tónica dominante das abordagens da imprensa escrita em Angola. A segunda metade dos anos 1990 foi determinante para a afirmação da liberdade de imprensa, pois, o vigor dos jornalistas que provinham de uma cultura autoritária fez-se notável quando passaram a exercer um tipo de jornalismo de pressão política e social.

Provavelmente, esse modelo de fazer jornalismo se deva ao facto de os jornais independentes serem vistos como espaços alternativos para o exercício da cidadania, e para abordagem de assuntos sociais postos à margem pelos órgãos estatais. Um dos primeiros casos de impacto político imediato no âmbito da imprensa independente praticada em Angola aconteceu entre 1999 a 2000, com a publicação de um texto bastante crítico à política presidencial, intitulado: “O Baton da ditadura”¹. As reações do poder político não se fizeram esperar, resultando na detenção do articulista, crescendo-se-lhe a instauração de um processo judicial. A pressão da imprensa aos órgãos governamentais foi tanta que o seu impacto directo levou o Presidente da República, durante um pronunciamento público, a considerá-la como sendo “Penny press” ou “Pasquins”. Este pronunciamento público do presidente foi encarado pelos jornalistas como um sinal de desvalorização do exercício profissional; um sinal de insensibilidade por parte da presidência da república, órgão que, no entender dos jornalistas, deveria reconhecer e estimular o trabalho por eles prestado à sociedade.

A partir dos anos 2000 foram dadas maiores atenções às transformações políticas e sócio-económicas, no que respeita aos Direitos Humanos; deuse primazia às violações dos Direitos políticos e cívicos por parte das instituições do Estado. O fim da guerra civil, em 2002, marcou de forma profunda a mudança de abordagem da imprensa angolana e impôs, de igual modo, maiores exigências no que respeita à liberdade de expressão e o direito à informação.

A liberdade de imprensa, concomitantemente à segurança profissional dos jornalistas, foi muitas vezes posta em causa com os casos de prisões, que envolveram processos judiciais fruto das matérias veiculadas (Neto 2004). O caso do jornalista Rafael Marques não foi nem o primeiro nem o segundo, pois durante a primeira metade dos anos 90 registaram-se, na história do jornalismo angolano, outros casos de intimidações e processos judiciais contra jornalistas² movidos por individualidades governamentais, acusando-os de difamação, calúnia e atentado à privacidade. Já na primeira década de 2000, o jornalista e director do *Semanário Angolense* Graça Campos foi chamado a depôr em tribunal por causa de uma matéria publicada pelo jornal, em que este apresentava publicamente as individualidades governamentais mais ricas do país, provocando, assim, um grande escândalo público, pois tratava-se de uma novidade para a opinião pública. Era a primeira vez que se tratava do assunto publicamente. O caso ficou conhecido como “Os Nossos milionários”, uma matéria de 18 de Julho de 2003, cujo impacto político e social só se compara ao artigo “O Baton da Ditadura” de Rafael Marques de 1999. Ambos mexeram fortemente com as várias vozes e sensibilidades da sociedade angolana.

Não obstante a diversidade de jornais independentes no mercado angolano, a dificuldade no que toca à liberdade de imprensa continua marcada por constrangimentos vários, desde a conformidade da lei de imprensa – com a Constituição de 2010 –, passando pelas denúncias de violação dos direitos dos cidadãos, em alguns casos, como se referiu mais acima, culminando em perseguições e pressão política de que os próprios jornalistas são alvo. Como exemplo concreto da importância da imprensa escrita angolana, no dia 26 de Julho de 2008, o *jornal Semanário Angolense* noticiou em primeira página a morte de 8 jovens, alegados marginais, por indivíduos afectos à polícia nacional, no Sambizanga, zona periférica de Luanda. Este episódio levou à instauração de um processo contra os indivíduos afectos à polícia nacional. E, desse modo, tem encorajado a imprensa angolana, particularmente o *jornal Semanário Angolense*, a fazer um acompanhamento do caso junto da polícia, do tribunal de Luanda e das famílias das vítimas.

O Jornal de Angola e a sua abordagem sobre os Direitos Humanos

O actual *Jornal de Angola* herdou um legado do jornalismo instituído no período colonial. Após a independência, em Novembro de 1975, o jornal *Província de Angola* tinha já alterado o nome para *Jornal de Angola* (em 1974), passando a ser o jornal de tutoria governamental. O estado de partido único ora instaurado manteve o monopólio do *Jornal de Angola* (reformado em 1975) sob tutela do Ministério da Informação e, no período democrático, passou para a tutela do então Ministério da Comunicação Social (Hodges, 2002). Nessa fase cessaram igualmente actividades outros jornais e revistas: o *Comércio ABC*, *Notícia e a Semana Ilustrada*, em Luanda, e desapareceram os poucos jornais editados nas províncias, entre eles *O Planalto*, publicado no Huambo. *O Diário de Luanda*, após uma breve interrupção, regressa às ruas da capital como jornal vespertino, cessando a sua publicação em Maio de 1977, depois de a sua linha editorial ter sido conotada com o “Fraccionismo”, uma cisão no partido do poder em Luanda (27 de Maio de 1977).

A partir de 1990, quando se deu a chamada democratização do país, sem necessariamente se ter constatado uma alteração radical do cenário político nacional, houve uma certa abertura para as liberdades políticas, económicas e sociais. Nesta altura, começaram a surgir pequenas iniciativas de publicações independentes. Do *Jornal de Angola* desprenderam-se duas sucursais confiadas a jornalistas transferidos do próprio diário público. Em 1997 o único jornal diário que se publica no país não alcançou os 10. 000 exemplares. Como “jornal de âmbito nacional”, edita, teoricamente, um exemplar por cada 600 habitantes, dos quais, pelo menos dois terços, não está em condições de o ler (Coelho, 1999:108-109).

Provavelmente, é nessa fase que se começam a registar alterações, ainda que não substanciais, na estrutura editorial do jornal, onde as questões de direitos humanos estavam voltadas para veicular informações relacionadas com a guerra entre as forças militares governamentais e os rebeldes armados. Os acontecimentos do quotidiano angolano ainda ocupavam curtos espaços no diário público. Nesta medida, a abordagem do *Jornal de Angola*, quanto aos Direitos Humanos, deve ser tida em conta no contexto do conflito, embora se pode verificar que o jornal mantém uma linha de abordagem comprometida com a política interna do partido no poder em Angola. As críticas que lhe são feitas, quanto à linha editorial, prendem-se com uma resistência da direcção em abrir-se aos vários segmentos sociais da sociedade angolana, pois primava pelo modelo de “Boletim oficial” devido à preocupação em retratar quase que

exclusivamente informações dos poderes públicos, e ignora claramente as outras sensibilidades e acontecimentos sociais. O *Jornal de Angola* tem sido acusado de permanecer numa “espécie de gestão editorial ideológica do passado”. As sucessivas direcções (1980-1990 e de 1990-2000 e de 2000-2010) utilizam, vezes sem conta, o jornal público para debitarem opiniões em defesa, de forma a-crítica, das opções políticas do governo, mesmo em situações que contrariam os factos. Mantém posições irredutíveis às críticas das organizações civis e de partidos políticos angolanos quanto à abertura ao debate público plural e abrangente no seio do jornal. O jornal tem sido, também, muito criticado pela postura pouco ética e profissional, pois utilizava o espaço de utilidade pública para a publicação de artigos com nomes de articulistas falsos.

Apesar desse facto, o jornal ainda continua a ser considerado o principal veículo de informação de abrangência nacional, não obstante as limitações verificadas na sua distribuição pelas províncias do país e lugares mais recônditos. Actualmente, o *Jornal de Angola* é gerido por um Conselho de Administração, na categoria de empresa pública denominada “Edições Novembro”, e conta com uma página electrónica (www.jornaldeangola.sapo.ao) e mais dois suplementos (Desporto e Economia) com relativa autonomia editorial, cujas direcções do jornal e dos suplementos envolvem equipas de jornalistas sêniores que se dizem convencidos que o diário é ainda considerado pelo público-leitor nacional, e goza de uma certa credibilidade nacional e internacional.

O *Jornal de Angola* e o foco dos Direitos Humanos

Tendo em conta que a publicação em causa é um diário público de maior circulação no país, optou-se por uma seleção das informações nos primeiros e últimos dias de trabalho. Trata-se de uma seleção dos números da publicação de Segunda e Sexta-feira, que surgiu, ao longo da pesquisa, como segunda opção dado o volume de trabalho do biénio (2008-2009) escolhido para análise. Apesar do material recolhido reconhece-se um conjunto de limitações no facto de haver números do jornal incompletos no acervo pesquisado. De acrescentar que as limitações em geral se devem ao facto de, no momento actual, as instalações do arquivo do *Jornal de Angola* se encontrarem encerradas por tempo indeterminado, sem aviso prévio e público. No ano de 1990 começa-se a constatar uma certa mudança de abordagem do jornal com a publicação da rubrica “Perspectiva”, pois a mesma visava reflectir sobre os mais variados assuntos do país. Neste mesmo ano é possível constatar curtas matérias que davam conta de violações de cidadãos, mas sem grande cobertura da

imprensa pública. Eis alguns poucos exemplos de violações dos Direitos Humanos:

- “Espancado por causa de 40 Novos Kwanzas” – notícias de 2/10/1990;
- “16 anos de prisão por matar o marido” –13/10/1990;
- “Morto por roubar 40 Novos Kwanzas” – 14/10/1990.

Dois anos mais tarde, um editorial do *Jornal de Angola*, de Abril de 1992, intitulado “Violência no lar”, sugere fortemente que a violência doméstica estava a aumentar e tinha resultado na morte de algumas mulheres, embora o artigo não estabelecesse uma relação entre o período pós-conflito e o aumento da violência doméstica já mencionada (Comerford 2005: 190). Passados dez anos, o mesmo *Jornal de Angola* voltou a reportar “uma estatística de cerca de 1772 casos durante os primeiros seis meses de 2002, em Cazenga, o bairro mais populoso de Luanda” (Idem, 223). Estava-se a reconhecer que depois da guerra, a violência doméstica era efectivamente registada dentro dos lares, ou seja, que a violência tinha deixado de estar nas ruas e passou imediatamente para as casas das pessoas.

Segundo Comerford, os relatórios que avaliavam a situação dos direitos humanos em Angola geralmente incomodavam o leitor, acusando tanto a UNITA como o governo angolano da ocorrência de violações. Por exemplo, o relatório de 2000 da Human Rights Watch sobre Angola dizia: “houve pouco sinal de maior respeito pelos direitos humanos já que continuavam as violações das leis de guerra pelas quais esse conflito tem sido notório”. Tanto o governo como os rebeldes têm sido responsáveis por essas violações. A resposta do governo angolano às acusações de violações dos direitos humanos foi frequentemente de frustração, já que as organizações que alegavam as violações raramente tinham acesso às áreas controladas pela UNITA. Em muitas ocasiões, a resposta do governo para essas organizações foi de ligar a sua mensagem diretamente à UNITA. Além de destacarem a extensão de violações dos direitos humanos em Angola, esses relatórios serviam também para sublinhar o contexto difícil no meio do qual funcionavam as organizações da sociedade civil (2005:148).

Analise do *Jornal de Angola*

Apresentar-se-ão, aqui, alguns aspectos da análise feita sobre os artigos do jornal em questão, com referência ao biénio 2008-2009. A primeira parte será de tipo quantitativo, a segunda mais qualitativa.

Tabela 1: Temas relativos à violação dos DH abordados pelo jornal (2008-2009)

Assunto	Nr. Artigos
Violação nas Cadeias	(5)
Violência no lar	(15)
Homicídio	(3)

Na generalidade dos casos, é possível constatar um elevado número de artigos de tipo notícia em detrimento dos outros géneros jornalísticos (reportagem e entrevista). Uma outra variável a considerar, para além dos géneros jornalísticos, tem a ver com a secção de “Sociedade”, espaço reservado para abordagem de questões sociais a nível do país, em curtas e breves informações por cada uma das diferentes províncias. Geralmente o espaço “Sociedade” é bastante reduzido em comparação com outros assuntos tratados pelo jornal, pois apresenta uma configuração subdividida, e é, nesta mesma secção, onde são abordados questões relacionadas directamente com os Direitos Humanos. Do ponto de vista numérico, como já se referiu mais acima, o Jornal de Angola utiliza o género notícia (32), (2) reportagens e (2) entrevistas, bem como (3) notas do editorial do jornal relacionado com os Direitos Humanos.

Quanto ao número de páginas, é de assinalar que o jornal dedica duas ou três páginas à secção de “Sociedade” subdividida em diferentes categorias de notícias e reportagens que, de uma forma geral, acabam por cobrir as várias províncias do país. Regra geral, o jornal veicula notícias em espaços bastantes curtos da secção “Sociedade” e raramente uma página, excepção se se tratar de um leque de reportagens de âmbito nacional. As informações aparecem muito condensadas nesta secção e desenvolvem-se em diferentes níveis, de acordo com o seu grau de importância.

Tabela 2: Género de artigos comparados com as fontes utilizadas (2008-2009)

Género	Fonte usada
Notícia (32)	Polícia Nacional (PN) (5); Instituto Nacional de Apoio à Criança (INAC) (5); Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFANU) (5) Direcções Provinciais da Família e Promoção da Mulher (DPMF) (5); Fórum das Mulheres Jornalistas; Secretaria de Estado para os Direitos Humanos (1); 7ª Comissão do Conselho dos DH, MINREX Ministério do Interior (5); Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC) (1)
Reportagem (2)	Procuradoria da República e Secretaria de Estado para os Direitos Humanos

Entrevista (2)	Juiz Presidente do Tribunal de Luanda
Editorial (3)	Director e Subdirector

Os casos de violações dos direitos humanos nas páginas do Jornal de Angola são, em regra dominados pelas notícias de violência doméstica, que logo após a guerra civil, conhece um aumento considerável em todo o país. Aqui vai-se sumariamente focalizar apenas alguns casos de violações publicados nas páginas do jornal. Pode-se, de uma forma geral, dividi-los em duas partes:

A primeira parte está relacionada com a execução sumária de cidadãos no seio de famílias, como são os casos referidos mais abaixo. Ainda neste aspecto, verificou-se que o jornal deu muito pouco destaque às notícias, e o espaço para o desenvolvimento da notícia é bastante curto, sem uma informação apurada. A notícia fica pelo título e pouco mais de 6 linhas de descrição dos diferentes casos.

1. 21/01/2008 – título “Adolescente mata irmão supostamente por o pai os tratar de forma desigual”
2. 17/04/2009 – título “Mulher mata marido”
3. 18/04/2009 – título “Pai mata filho”
4. 22/05/2009 – ante-título “Luena” - título “Jovem encontrado morto”

Quanto à segunda parte, os casos de execução sumária são praticados por uma instituição pública. Trata-se da polícia nacional, sendo que um oficial terá morto a sua própria esposa. Aqui convém observar que o jornal optou por uma estratégia diferente de apresentação da notícia. A notícia, como o título revela, parece não implicar o agente policial no crime, na medida que o mesmo não é associado ao acto. O jornal opta por dar destaque ao apoio prestado pela polícia à família da vítima, e em nenhum momento assume responsabilidade pelo acontecimento. Diferente do título, a lead informa com maior detalhe o acto praticado pelo agente policial. É a partir desse momento que se toma conhecimento que o oficial teria morto a sua própria esposa.

Ex: 1 – 26/05/2009 – título “Polícia apoia óbito de vítima da tragédia do bairro da Cuca”; *Lead*: Fernanda Kandamba morta a tiro no bairro da Cuca pelo marido, oficial da polícia.

Fontes

Nos artigos do Jornal de Angola, as fontes de informação geralmente são de âmbito institucional. Raramente se observam fontes não-institucionais, porquanto o jornal tem como prioridade as informações

veiculadas pelas instituições públicas como a Polícia Nacional, órgãos ministeriais, direcções provinciais, Tribunais, Procuradoria, Bombeiros e empresas públicas. Verifica-se, igualmente, que a polícia nacional é dos órgãos que maior informação fornece ao jornal no que aos Direitos Humanos diz respeito, pois há um maior nível de confiança nos dados apontados por esta instituição pública. Outras vezes, são os órgãos públicos ou instituições públicas que privilegiam o *Jornal de Angola* por se tratar de um veículo de informação, também ele público. Daí poder-se constatar que muitos jornalistas são chamados a fazer cobertura das actividades dos órgãos governamentais e, por força disso, reportam em primeira mão o resultado desses eventos oficiais.

Notícia

Na generalidade, a notícia ocupa grande parte das informações da secção de “Sociedade” do *Jornal de Angola*, por se tratar de um género muito económico, que relacionado com o espaço dedicado pelo jornal aos factos sociais e, conseqüentemente, às questões dos Direitos Humanos, e parece satisfazer os seus repórteres. No entanto, raramente outro género jornalístico é mais notório nas páginas do *Jornal de Angola* que a notícia. O próprio jornal já foi muito criticado por prescindir dos géneros reportagem e entrevista em detrimento da notícia. Aliás, assinala-se que há uma tendência na linha de abordagem do próprio jornal.

Reportagem

A reportagem é dos poucos géneros utilizados pelo jornal, salvo em condições muito específicas, que pode derivar de uma actividade de âmbito nacional em que o jornal é chamado a fazer uma grande cobertura de informação. Verifica-se que o jornal, com muito pouca frequência, faz uso desse género para abordar questões sobre os Direitos Humanos.

Entrevista

As poucas entrevistas apresentadas pelo jornal em relação às questões de direitos humanos são geralmente indirectas. Constatou-se que raramente o jornal no biénio (2008-2009) utilizou o género de entrevista para reportar questões ligadas aos Direitos Humanos, salvo uma entrevista com o Juiz Presidente do Tribunal de Luanda, quando falava do excesso de prisão preventiva. Outros momentos de entrevistas indirectas foram com a Directora Provincial da Família e Promoção da Mulher, quando falava dos índices de violência doméstica e da visita efectuada pela Secretária de Estado para os direitos humanos, nas penitenciárias do Kuando Kubango.

A função das fotos no *Jornal de Angola*

As fotos são muito pouco utilizadas no espaço “Sociedade” onde o jornal trata de matérias relacionadas com os Direitos Humanos. Verificou-se um total de (9) fotos nos vários artigos publicados, entre eles a categoria: notícia (5), reportagem (2) e entrevista também (2).

O *Semanário Angolense* e a sua abordagem sobre os Direitos Humanos

O jornal *Angolense* foi fundado em Novembro de 1997 por um grupo de jornalistas com uma vasta experiência acumulada nos órgãos públicos. Este “projeto Angolense”, que inicialmente envolvia Américo Gonçalves e Graça Campos, desagregou-se anos mais tarde. Ambos criaram equipas diferentes, embora mantivessem a designação “Angolense” nas duas publicações: uma na direção de Américo Gonçalves e outra com Graça Campos. O grupo dirigido por Graça Campos e Silva Candembo viria a refundar a publicação em 2003, com a designação de *Semanário Angolense* já como “Sociedade Semanário Angolense, L.da”, mudando igualmente de sede e de formato. O *Semanário Angolense* e as publicações *Folha 8* e *Agora* contribuíram para a consolidação da imprensa escrita praticada em Angola. Apesar dos passos dados na evolução do panorama jornalístico angolano, as fontes de informação e os materiais logísticos continuam a marcar as dificuldades da imprensa (Paiva 2005).

Outra dificuldade com que se deparou o *Semanário Angolense* e outras publicações tem a ver com as apreensões dos jornais vendidos nas ruas de Luanda pela polícia nacional. Aliás, um dos aspectos que muito tem condicionado a actividade jornalística prende-se, efectivamente, com a insensibilidade dos órgãos policiais para com o exercício da liberdade de informação. O exercício da actividade jornalística num país assolado por uma guerra civil de 27 anos afectou de modo severo a relação entre os jornalistas e os poderes públicos. Vezes sem conta a direcção do *Semanário Angolense* teve de enfrentar processos judiciais, o último dos quais movido pelo então Ministro da Justiça, em 2007, que colocou o seu director, Graça Campos, em prisão efectiva tendo sido absolvido e suspensa a sentença passados 30 dias pelo Tribunal Supremo, por detectar irregularidade no processo. A posição assumida pela equipa do *Semanário Angolense* tem se mantido irredutível perante os processos judiciais e as pressões de natureza política.

Pode-se dizer que o *Semanário Angolense* é um dos mais importante jornais independentes de Angola pelo facto de ter inaugurado temáticas muito sensíveis e que, de certo modo, constituíam tabus na sociedade

angolana. Trata-se, por exemplo, do caso conhecido publicamente como “Riqueza mudou de cor. Os Nossos milionários” (de 18 de Janeiro de 2003); e a outras matérias como: a edição nº 72, de 31 de Julho a 7 de Agosto de 2004, intitulado “Afinal, temos milionários”, numa continuação de uma matéria do ano anterior. Uma outra edição, nº 132, polémica intitulada “ Não bastaram os 500 anos?” de 1 a 6 de Outubro de 2005 mexeu novamente com a sociedade angolana. A edição nº 86 de 13 de Novembro de 2004 cujo título de manchete era “Onde estão os brancos e mulatos deste país” e a edição nº 112, de 14 a 21 de Maio de 2005 com a manchete “Pouca Vergonha” que retratava a vivência dos cidadãos nacionais homossexuais, de quem a sociedade reprovava a sua opção sexual.

O próprio jornal, ao publicar essa matéria, deixou transparecer uma certa posição de reprovação apesar do trabalho jornalístico efectuado e abordado com um certo nível de equilíbrio e sentido de investigação por parte dos jornalistas. Um ano mais tarde publicou as seguintes manchetes: “ 27 anos no leme” (edição nº 181, de 16 a 22 de Setembro de 2006), referente ao tempo de poder do Presidente da República, e a manchete “ Dos Santos igual a Salazar” (edição nº 192 de 2 a 8 de Dezembro de 2006), numa comparação com Salazar. O mesmo *Semanário Angolense* instituiu nas suas páginas a rubrica “Fogo Cruzado”, com a finalidade de promover o debate de ideias entre os vários protagonistas da esfera pública angolana (desde questões políticas, culturais e económicas) que mexiam com o país. Portanto, o espaço “Fogo Cruzado”, sem sombra de dúvidas, foi uma iniciativa que contribuiu de maneira decisiva para o debate público sobre temas que envolviam a sociedade.

A afirmação do *Semanário Angolense* no panorama jornalístico nacional não excluiu de todo que enfrentasse dificuldades financeiras. Por este motivo, em 2010, a Sociedade Semanário Angolense viu-se forçada pelas regras do mercado a vender o seu património ao grupo *Media Investment*, actualmente proprietário da publicação. Uma das exigências dos novos proprietários tinha a ver com a reformulação da equipa, o que colocava Graça Campos e Silva Candembo fora da direcção do jornal. Passados alguns meses, o próprio ex-director do *Semanário Angolense*, numa entrevista ao jornal O País acabou por confirmar que não estaria disponível para permanecer na direcção do referido jornal enquanto o mesmo tivesse a *Media investment* como proprietários. Ou seja, Graça Campos recusou submeter-se às regras dos novos proprietários da publicação de que era fundador e director.

Análise do Semanário Angolense

Assim como para o caso do *Jornal de Angola, para o Semanário Angolense* levamos a cabo uma investigação de tipo quanti-qualitativo, que vamos tentar sintetizar:

Tabela 3: Temas relativos à violação dos DH abordados pelo jornal (2008-2009)

Ano 2008-2009	Nr. Artigos
Casos de demolições forçadas por parte do Estado e expropriação de imóveis	(11)
Casos de execuções sumárias, baleamentos, detenções arbitrárias e outras violações com os relativos seguimentos processuais	(15)
Total	(26)

Neste nível de análise tem-se em conta diferentes variáveis, de acordo com os temas abordados. São elas as variáveis: ano de publicação (biénio – 2008-2009), número de artigos (68), número de páginas (98 e meia), número de fotos (86). Os dados recolhidos das variáveis estão divididos em categorias analíticas que são: notícia (45); artigos de opinião (11), reportagens (8) e entrevistas (4).

Caso “Frescura”

Os casos de execuções sumárias têm abalado de forma violenta a sociedade angolana pós-conflito. No dia 23 de Julho de 2008, uma Quarta-Feira, por volta das 18 horas e 30 minutos, homens desconhecidos em composição indeterminada chegaram (numa viatura de marca Hiace) à zona da “Frescura”, uma “mutamba” de jovens desse bairro do Sambizanga, onde se puseram a disparar contra tudo e todos. Em consequência dos disparos, feitos por homens armados, 8 jovens foram mortos. Porém, ouvida a polícia de Luanda, este órgão dizia não conhecer os autores do crime. Por seu turno, familiares e amigos das vítimas, ouvidos pela imprensa, garantiram terem sido autores do crime agentes da corporação à paisana.

De acordo com os testemunhos recolhidos pelo Semanário Angolense, na altura do acontecimento, os homens armados haviam descido de um carro e envolveram-se com os jovens, que se encontravam a conviver na sua “mutamba” de todos os dias, disparando inicialmente para o ar, a fim de dispersar os curiosos. A sessão de disparos contra os jovens deu-se logo após os homens armados terem orientado que os mesmos se

deitassem ao chão. Entre as vítimas cinco dos 8 jovens morrem na hora e três acabaram por falecer no hospital.

A Polícia Nacional, segundo o mesmo jornal, comunicou publicamente que nada tinha a ver com o caso, mas tanto os familiares das vítimas, como os seus amigos garantiam terem sido agentes à paisana, tendo havido, inclusive, a identificação de três deles. Por outro lado, havia igualmente relatos do envolvimento indirecto de um patrulheiro que, segundo uma das testemunhas, estaria a fazer a cobertura da acção dos “matadores de serviço”. Passados alguns poucos dias do acontecimento, a própria polícia apresentou publicamente sete agentes seus como alegados autores do crime.

Tabela 4: Género de artigos comparados com as fontes utilizadas (2008-2009)

Tipo de artigo	Fonte usada
Notícia (45)	Rádio Eclésia (10), População (Familiares das vítimas), organizações não-governamentais (AJPD, Mãos Livres, Open Society) (10); Policia Nacional (5); Organizações sociais das Igrejas (10); Global Witness, Amnistia Internacional, Human RightsWatch (10)
Breve (6)	Fontes alternativas “anónimas”
Reportagem (8)	Porta-voz da Polícia (2), populares vítimas da acção (4), Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFPM) (2)
Entrevista (4)	PGR, deputado da UNITA
Opinião (11)	Vários autores

O caso mais violento desde que o país alcançou a paz efectiva foi a notícia com o título em primeira página: “Chacina no Sambizanga” e o ante-título “Barbárie na Frescura” decorrido em 2008. O caso “Frescura”, como se conhece publicamente, relevou muito do que tem acontecido na sociedade angolana, e o impacto que tal acontecimento teve na imprensa escrita. O caso “Frescura” segundo a imprensa escrita, em particular o *Semanário Angolense*, colocou em aberto a difícil relação entre os cidadãos e a polícia nacional. Foi por meio da imprensa que o país tomou conhecimento de tal acontecimento.

Desde o momento da cessação das hostilidades, a 4 de Abril de 2002, não se conhecia um acontecimento público que tenha mexido tanto com a “moral” pública da sociedade angolana quanto o caso “Frescura”, que, numa segunda edição, o *Semanário Angolense* titulava da seguinte forma: “Massacre da Frescura”. O mesmo jornal na altura apresentava o ante-título “Polícia pondera três alternativas” dando conta que a

polícia nacional já tinha algumas informações relacionadas com o caso. O caso “Frescura” marcou de forma severa e serviu para “forçar” uma reformulação na relação entre os agentes da polícia nacional e a população em geral, acto que resultou na execução de 8 jovens moradores do bairro do Sambizanga, na periferia de Luanda. O bairro do Sambizanga situa-se no município com o mesmo nome, e albergava um dos maiores mercados a céu aberto da história de Angola pós-independência. Devido à existência do Mercado do Roque Santeiro, o bairro do Sambizanga era apontado pelas autoridades oficiais como tendo o maior nível de criminalidade da província de Luanda. Por este facto, a actuação da polícia era igualmente severa. Daí a pressão para que a polícia reformulasse os seus métodos de actuação e realizasse actividades de educação dos agentes de modo a se adaptarem ao tempo pós-conflito, principalmente do sector da ordem pública, por ser este que se relaciona directamente com os cidadãos no dia-a-dia.

Considerações finais

A imprensa angolana tem sido pressionada muitas vezes pelos factos sociais a cobrir, questões de direitos humanos, outrora invisíveis devido à guerra. Durante a guerra tinha-se uma visão geralmente global das violações dos direitos humanos de parte a parte. Tendo em conta que a análise quer quantitativa, quer qualitativa já fornece dados relevantes, vai-se apenas focalizar as semelhanças e diferenças mais salientes nas abordagens do *Jornal de Angola* e do *Semanário Angolense*.

No biénio 2008-2009 foi notória a preocupação dos dois jornais em abordar as violações dos direitos humanos, pois os dados, no que respeita à análise quantitativa, denunciam um certo equilíbrio, que corresponde a uma média mínima de trinta, a começar pelo facto de o *Semanário Angolense em detrimento do Jornal de Angola* ter coberto mais acontecimentos. A tendência da média de trinta das matérias cobertas, espelha o quanto a imprensa angolana ainda está distante da ampla cobertura dos assuntos sobre violações dos direitos humanos. Com efeito, é mister reconhecer o crescimento gradual, embora se possa aferir uma certa dependência dos jornalistas às notícias já feitas, e de impacto imediato.

Para além da média mais ou menos aproximada de artigos publicados pelo *Jornal de Angola* e pelo *Semanário Angolense*, relativamente à cobertura dos direitos humanos, importa sublinhar que ambos inserem as notícias na secção de “Sociedade”, ou seja, é nessa parte que os jornais têm publicado as matérias relacionadas com os direitos humanos.

As diferenças verificadas nas abordagens dos dois jornais, apresentam-se na forma de tratamento das notícias por cada um. Por exemplo, o *Semanário Angolense* mostra-se mais aprofundado no tratamento que dá à notícia, ou seja, há um seguimento de uma notícia, diferentemente do tratamento dado pelo *Jornal de Angola*, que em nenhum momento faz qualquer cobertura do caso “Frescura”, sendo um dos casos mais mediáticos no panorama da mídia nacional. Em parte, o seguimento ou não de matérias consideradas sensíveis deriva das diferenças existentes nas linhas editoriais dos dois jornais, sendo que o *Jornal de Angola* prima por uma linha que visa salvaguardar as instituições do Estado e a defesa das autoridades. A linha editorial do diário de Angola de maior circulação muitas vezes é usada pela direcção para defender posições concretas a favor das autoridades governamentais. O *Semanário Angolense* prima pela divulgação de informações das mais variadas sensibilidades do país, embora, ao mesmo tempo, se possa denotar uma certa tendência para dar voz às instituições e segmentos sociais que, de qualquer modo, são marginalizados pelos órgãos públicos. Aqui também a linha editorial do *Semanário Angolense* que se diz comprometida com o “ser e a defesa do angolano”, muitas vezes é usada para chamar a atenção das instituições e autoridades governamentais. As diversas fontes de informação têm constituído uma variável díspar na cobertura das questões de violações dos direitos humanos entre os dois jornais. No caso do *Jornal de Angola* a primazia é dada às fontes institucionais, talvez devido ao facto de existir maior confiança por parte desses mesmos órgãos. De modo diferente, o *Semanário Angolense* privilegia as fontes de informação não-institucionais na sua maior parte, pois diz encontrar inúmeras dificuldades para o acesso à informação por parte das instituições públicas porque se recusam a prestar tais informações ao jornal, muitas vezes mesmo tratando-se da cobertura de actividades oficiais do Estado.

O posicionamento “político” é outro dos elementos marcantes nas abordagens dos dois jornais. Numa certa polaridade, verifica-se claramente díspar em dois pontos: no primeiro ponto o *Jornal de Angola* dá prioridade ao tratamento e cumprimento da lei e à salvaguarda dos agentes públicos, mais concretamente as autoridades policiais, chegando, assim, a atribuir responsabilidade aos cidadãos e não aos agentes policiais; no segundo ponto, onde se situa o *Semanário Angolense* este tem apontado um certo equilíbrio, quando muita atenção recai para a crítica às autoridades policiais ou, de modo geral, às instituições públicas. Nos dois casos, o posicionamento dos jornais deriva em grande medida das linhas editoriais.

O *Semanário Angolense*, de acordo com a sua linha editorial, tem se pautado por uma postura de defesa da vida e dignidade humana dos cidadãos angolanos, como por exemplo: de realçar a cobertura mais que conseguida do caso “Frescura efectuada pelo jornal” até ao julgamento e sentença dos culpados. Por seu turno, o mesmo assunto, caso “Frescura”, não foi noticiado em nenhuma ocasião pelo *Jornal de Angola* no curso do caso em julgamento, nem a sentença atribuída aos culpados. O *Semanário Angolense* sobre este caso “Frescura” chegou mesmo a criticar duramente a polícia pelo comportamento dos agentes no relacionamento com os cidadãos. O jornal chamou igualmente a atenção das autoridades para a necessidade de uma maior cautelas nas acções, e para prestarem maior atenção no processo de educação dos agentes policiais, adequando-se ao momento actual vivido no país. O mesmo pode dizer-se dos diferentes casos de expropriação de terra e demolições feitas pelas autoridades governamentais.

Há ainda uma diferença no tratamento das fotografias entre os dois jornais, sendo o *Semanário Angolense* o que mais acompanha as notícias com fotografias diversas para dar maior visibilidade às mesmas.

No que respeita ao ponto de vista dos jornais em matérias dos direitos humanos, pode-se destacar dois pontos díspares: No *Jornal de Angola* é notório um certo comprometimento dos jornalistas na abordagem de assuntos, que, de alguma forma, mexem com a sensibilidade das autoridades governamentais. Assinale-se que os jornalistas partem de um ponto de vista de auto-censura no tratamento de assuntos ligados aos direitos humanos. Quase sempre a crítica não é feita abertamente. É muito mais frequente verificar abordagens dos assuntos de um ponto de vista sempre positivo, ou numa espécie de crítica velada.

No segundo caso, o do *Semanário Angolense*, o tratamento dos assuntos é geralmente feito de forma clara e aberta. O ponto de vista dos jornalistas apresenta-se muito aberto nos textos, até mesmo as críticas às instituições e autoridades são feitas de forma directa e aberta. Muitas vezes os jornalistas reportam matérias com títulos bombásticos de modo a provocar reacções da sociedade e das autoridades, em particular. O confronto do contraditório é uma nota a realçar nas páginas do *Semanário Angolense*, o que difere de forma igualmente notória das páginas do *Jornal de Angola*. Por exemplo: o *Jornal de Angola* na cobertura que fez do caso “polícia apoia óbito de vítimas da tragédia do bairro da Cuca”; lead: “Luzia Fernando Kandamba, morta a tiro, no bairro da Cuca, pelo marido, oficial da polícia”. Em nenhum momento, o jornal procurou ouvir outras opiniões no tratamento desse assunto. Desde já, porque qualificou

o caso como sendo resultado de uma tragédia, sem, no entanto, referir a responsabilidade do agente da polícia.

Apesar dos vários esforços e medidas tomados pelo governo angolano, com o fim de incrementar o respeito pelos direitos humanos dos cidadãos, o relatório de 2009 sobre os direitos humanos em Angola sugere que o comportamento do governo em termos de respeito por esses direitos ainda não atingiu níveis aceitáveis, sendo que as violações registadas foram inúmeras e graves. O documento refere que os abusos dos direitos humanos incluíam situações como a diminuição dos direitos dos cidadãos de elegerem representantes a todos os níveis; assassinatos por parte da polícia, dos militares e de forças de segurança privada; tortura, espancamentos e violações por forças da segurança; condições duras nas prisões; prisão e detenção arbitrárias; corrupção e impunidade das autoridades; um sistema judicial ineficaz e sem independência; longa duração da prisão preventiva; inexistência de um processo isento; restrições à liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e de associação; despejos forçados sem indemnização; e discriminação, violência e maus-tratos contra mulheres e crianças (RSPA 2010: 45).

Notas

1. Artigo publicado 3 de Julho de 1999 no Semanário Agora de autoria do jornalista sénior Rafael Marques e activista dos direitos humanos.
2. William Tonet, Aguiar dos Santos, Gilberto Neto e outros – o primeiro e segundo são directores dos Semanários *Folha 8* e *Agora*, respectivamente.

Referências

- Carvalho, P. de, (2010), *A campanha eleitoral de 2008 na imprensa de Luanda*, Luanda, Kilombelombe.
- Coelho, S., (1999), *Angola – História e estórias da informação*, Luanda, Executive Center.
- Comeford, M., (2005), *O rosto pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1992-2002)*, Windhoek: edição do autor.
- Fundação Open Society, (2010), *Relatório Segurança Pública em Angola*, (Português-Inglês) Luanda.
- Hodges, T., (2001), *Angola - Do Afro-Estalinismo ao capitalismo selvagem*, Cascais, Principia.
- Human Rights Watch, 1999, *Angola Explicada – Ascensão e queda do processo de paz de Lusaka*, Nova Iorque, HRW.
- Lima, F., (2000), “Os media em Angola” In *Pluralismo de informação nos Palops*, Cascais, Principia, pp. 35-76.

- Mateus, I., 2004, *The role of Angolan media during the conflict and in the construction of democracy*. Conciliation Resources web site. Retrieved August 2006, from <http://www.cr.org/our-work/accord/angola/media.php>
- Neto, G., (2004), “Angola” in *So this is democracy? State media freedom in Southern Africa 2004*, MISA, pp. 28-36.
- Nyamnjoh, F., 2005, *Africa’s Media – Democracy & the politics of belonging*, Londres: Zed Books & Pretoria: Unisa press.
- Paiva, M., (2005), “Panorama nacional” in *So this is democracy? – State of media freedom in Southern Africa 2005*, Annual publication of media Institute of Southern Africa MISA, pp. 27-36.
- Pestana, Nelson 2005, “O poder e a diferenciação social em Angola” In SILVA, Teresa Cruz, CARDOSO, Carlos, *Lusofonia em África: História, democracia e integração africana*, Codesria.